

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA – LICENCIATURA

Jessica Corrêa Serpa

**DESAFIOS DA DOCÊNCIA COM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE:  
“Como eu aplico todo o meu discurso de educação popular aqui? ”**

Porto Alegre  
1º Semestre  
2017

Jessica Corrêa Serpa

**DESAFIOS DA DOCÊNCIA COM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE:**

**“Como eu aplico todo o meu discurso de educação popular aqui?”**

Trabalho de conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Aline Lemos da Cunha Della Libera

Porto Alegre

1º Semestre

2017

## Resumo

Este trabalho apresenta um estudo sobre a docência na Educação de Jovens e Adultos (EJA) com ênfase na oferta que ocorre nas prisões (EJA Prisional). Analisa as especificidades da docência na Educação de Jovens e Adultos com mulheres privadas de liberdade, bem como os desafios da prática pedagógica considerando as suas características no âmbito do sistema penitenciário. Busca, também, identificar aspectos históricos e estruturais relacionados aos NEEJAs (Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos) e sua presença no sistema prisional gaúcho. Os referenciais teóricos utilizados para embasar este estudo fundamentam-se em discussões sobre a EJA (DI PIERRO, JOIA e RIBEIRO, 2001; VÓVIO, 2012); em reflexões sobre as possibilidades de educação para mulheres privadas de liberdade (NONATO, 2011); nas análises sobre práticas docentes no cárcere (PAIVA, 2007); nas propostas de EJA no sistema prisional (JULIÃO, 2007; IRELAND, 2011) e nas reflexões sobre a formação de professores (NÓVOA, 1995), dentre outras. Foram realizadas entrevistas que possibilitaram um diálogo com profissionais que atuam na área da Educação Prisional, no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro, que está localizado no Presídio Feminino Madre Pelletier em Porto Alegre. A Educação Prisional é um campo de lutas por reconhecimento da atividade e dos sujeitos. Estes embates não são atuais e ganharam força nos últimos anos, por meio da resistência dos educadores, dos educandos e movimentos sociais. Conclui-se que os desafios da docência estão e estarão presentes independentemente do contexto em que nos encontrarmos e que atualmente, se torna necessária a busca por propostas que deem – ou ao menos tentem – dar conta da educação para todos, objetivo que tanto almejamos enquanto docentes, mas que muitas vezes nos parece tão distante.

**Palavras Chave:** Docência na EJA, Educação em prisões, NEEJA.

## Agradecimentos

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado forças para enfrentar os imprevistos da vida, permitindo a conclusão deste trabalho.

Também...

... aos meus pais, agradeço pela minha vida. Por me ensinarem a ser quem eu sou e por serem os melhores pais que eu poderia ter, me presenteando também com meu irmão Lucas que amo tanto. Obrigado por tudo que fazem por mim, por sempre batalharem para não deixar que nada me faltasse, por lutarem junto comigo para que eu conseguisse chegar a uma Universidade Federal e por juntos estarem lutando mais uma vez comigo neste momento, mesmo estando trilhando caminhos separados. Eu amo vocês!

... a minha família: avós, padrinhos, tios e primos. Pelo apoio e amor incondicional não só durante a realização deste trabalho, mas por sempre lutarem para que sejamos fortes e unidos.

... ao meu amor Iridio, meu amigo e companheiro. Agradeço por estar na minha vida, por todo o apoio, carinho e paciência durante a realização deste trabalho e durante todo este tempo que estamos juntos, por nunca me deixar desistir e por sempre me incentivar a realizar aquilo que eu desejo. Eu te amo, infinitamente.

... a minha filha Sofia. Por transformar a minha vida, és a razão de eu ter chegado até aqui.

... a minha sogra Teresa. Serei eternamente grata pelos cuidados com a Sofia para que eu pudesse retornar à faculdade, segura de que ela estaria bem cuidada. Se não fosse você talvez eu não pudesse estar aqui hoje, concluindo a faculdade. Muito obrigada!

... a minha prima, comadre e eterna melhor amiga Mônica. O que seria de mim sem você? Obrigado por tudo! Por sempre, **sempre** estar presente em todos os momentos da minha vida, pela nossa infância incomparável, pelas nossas eternas crises de risos, por me ajudar, apoiar e incentivar principalmente agora. Obrigado por existir!

... a minha querida orientadora Aline Cunha. Por aceitar o convite para orientar meu trabalho, me proporcionando aprendizagens que jamais esquecerei.

... a colega e amiga Tânia. Entramos juntas, sairemos juntas. Agradeço pelo nosso reencontro que reforçou nossa amizade. Obrigado pela convivência, pelas trocas de experiências ao realizarmos nosso estágio juntas e por estar sempre disposta a me ajudar.

... a direção e professoras do NEEJA Julieta Villamil Balestro. Por aceitarem participar das entrevistas, auxiliando no aprimoramento do meu trabalho.

... a todos que, de uma forma ou de outra fizeram parte desta trajetória. Muito obrigada!

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>10</b>
2.1 A Educação de Jovens e Adultos.....	10
2.2 A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional .....	12
2.3 A EJA prisional e a Legislação .....	14
2.4 NEEJAs: e a Cultura Popular? .....	16
2.5 As políticas públicas de Educação no Rio Grande do Sul: visão panorâmica sobre os NEEJAs no período de 1999 a 2017. ....	18
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>22</b>
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>26</b>
4.1 “ <i>Nós precisamos oferecer uma escola diferente</i> ”: Reflexões sobre a docência e a busca por mudanças positivas. ....	26
4.2 <i>Sobre nem tudo ser um mar de rosas</i> : as dificuldades que permeiam o cotidiano da escola na prisão. ....	31
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>40</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>45</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O interesse pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu ao longo do estágio curricular obrigatório<sup>1</sup>. Neste momento, pude refletir sobre as vivências que me proporcionaram aprendizagens que foram além da sala de aula e que também contribuíram para a minha constituição enquanto docente. De mesmo modo, vivenciei os desafios da elaboração do planejamento pedagógico, a partir dos conhecimentos prévios dos educandos. Este estágio foi um momento marcante na minha trajetória acadêmica, já que trabalhar com adultos nunca havia sido cogitado por mim. Estar em uma sala de aula desta modalidade me causava medo, pois minha visão era de um contexto cheio de “jovens rebeldes” que estavam na escola para fazer de tudo, menos estudar. Ao aceitar este desafio, porém, pude vivenciar, aprender e refletir sobre a importância desta modalidade, bem como refletir sobre o papel do professor ao definir estratégias que promovam aprendizagens significativas para os educandos, respeitando suas especificidades e, ao mesmo tempo, permitindo que existam avanços na aquisição dos conhecimentos.

O período do estágio, como já havia mencionado, fez surgir questionamentos sobre a Educação de Jovens e Adultos. Antes mesmo de iniciar as atividades na turma, fui informada que era composta predominantemente por pessoas idosas, com idades entre 50 (cinquenta) até surpreendentes 93 (noventa e três) anos. Ao longo do semestre, ao conviver com aquelas pessoas, refleti sobre a importância da EJA na vida delas. Ainda neste período, passei a me questionar, também, sobre quais as ofertas educativas para um público ainda mais específico da EJA: os(as) apenados(as)<sup>2</sup>. Percebi que ainda que fossem contextos distintos, ao pontuar o direito à educação, havia um ponto em comum: a docência na EJA em múltiplos contextos, atendendo às peculiaridades de diferentes grupos sociais.

A partir disso, passei a me questionar sobre a oferta de educação nas prisões e aqui vale ressaltar que a convivência com a orientadora do estágio obrigatório teve influência na escolha por esta temática, pois ao longo daquele semestre descobri

---

<sup>1</sup> Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Pedagogia sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Aline Lemos da Cunha Della Libera.

<sup>2</sup> Ao longo deste texto descrevo os motivos desta aproximação.

que ela desenvolvia um projeto de extensão com mulheres apenadas<sup>3</sup>. Seus relatos de situações que ocorriam dentro do presídio feminino, os quais eu sempre escutava com bastante atenção e também curiosidade, foram bons motivadores. A partir daí passei a me questionar: *Mulheres em situação de privação de liberdade podem estudar? Como isso acontece? Quem realiza este trabalho? Existe uma proposta curricular para este público? E quanto às legislações? Elas existem? Como a sociedade concebe esta prática?* E a questão central que me instigou a seguir nesta temática foi: *Quais as possibilidades e desafios da docência no contexto prisional?* Muitas outras questões surgiram. Com elas, a curiosidade e também a necessidade, como futura docente, de conhecer as realidades da Educação em Prisões aumentaram, fazendo com que o interesse em aprofundar estudos neste tema me levasse a tomar a decisão de transformá-lo neste Trabalho de Conclusão de Curso.

A educação prisional é um campo de lutas por reconhecimento da atividade e dos sujeitos. Estes embates não são atuais e ganharam força nos últimos anos, pois, na perspectiva social os (as) detentos (as) – quando condenados (as) – não são mais cidadãos (ãs) de direitos uma vez que estão privados (as) de sua liberdade.

É importante ressaltar, ainda, que esta temática não está presente, de forma efetiva, no Curso de Pedagogia, mesmo sendo uma possibilidade de atuação para as (os) graduadas (os). Isto me faz pensar que um dos motivos do estranhamento acerca da oferta de educação nas prisões, bem como sobre a prática docente em estabelecimentos penais, pode ser motivada pela ausência de informações, seja no próprio convívio social e, também, durante a vida acadêmica já que, muitas vezes, se conclui um curso sem estar ciente de todas as possibilidades de trabalho que se pode exercer.

---

<sup>3</sup> Programa de Extensão: 1) “Justiça com as próprias mãos: manualidades e direitos humanos das mulheres”, que tem como objetivo “proporcionar espaços formativos para mulheres em situação de privação de liberdade e em situação de rua, nos quais haja diálogo entre os saberes populares e o saber científico”.

Fonte: [http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao30590](http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao30590)

Projeto de Extensão: 2) “Grupos de artesanato com mulheres: sabonetes artesanais e ecofeminismo”. Com o objetivo de “proporcionar espaços formativos no ambiente prisional e nos centros de acolhimento para mulheres em situação de rua tendo como proposta metodológica as pedagogias da não-formalidade vinculadas aos trabalhos manuais”.

Fonte: [http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis\\_acao.php?CodAcaoExtensao33747](http://www1.ufrgs.br/extensao/catalogo/vis_acao.php?CodAcaoExtensao33747)



O presente trabalho teve como objetivo analisar as especificidades da docência na Educação de Jovens e Adultos com mulheres privadas de liberdade, bem como contribuir com reflexões sobre os desafios da prática pedagógica no sistema prisional. Também busquei identificar os principais aspectos históricos e estruturais relacionados aos NEEJAs (Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos) com ênfase no sistema prisional gaúcho.

Aqui é importante ressaltar que, quando se fala em desafio, não quer dizer que se buscou saber somente sobre as dificuldades encontradas pelos docentes em suas práticas pedagógicas no contexto da prisão e, sim, como encaram esta realidade que é desconhecida de um modo geral.

Este estudo embasou-se nos seguintes autores: Antônio Nóvoa (1995) que reflete sobre a formação de professores; Maria Clara Di Pierro, Orlando Joia e Vera Masagão Ribeiro (2001) que escrevem sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a partir das políticas governamentais; Cláudia Lemos Vóvio (2012) cujos textos escolhidos focam-se na prática pedagógica na Educação de Jovens e Adultos; Jane Paiva (2007) que trata das práticas docentes no cárcere; Elionaldo Julião (2007) e Timothy Ireland (2011) cujos estudos estão relacionados à Educação de Jovens e Adultos no sistema prisional; Eunice Nonato (2011) que pesquisou sobre as possibilidades de educação para mulheres privadas de liberdade e a necessidade de se aprimorar os estudos sobre esta modalidade e Juliana Novelli e Shênia Louzada (2012) que analisam a realidade da docência dentro de penitenciárias brasileiras.

O trabalho foi organizado em capítulos. Inicialmente apresentamos um estudo sobre o histórico, a legislação e os referenciais teóricos sobre a modalidade EJA, a Educação nas prisões e os NEEJAs. Em seguida, apresentamos a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, bem como uma forma de sistematização das análises das entrevistas que foram realizadas. Por fim, sistematizamos as considerações finais sobre o trabalho desenvolvido, destacando as principais aprendizagens e também as contribuições que esta temática pode trazer para a área da Educação.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A Educação de Jovens e Adultos

A Constituição Federal de 1988 define a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família” e que “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art.205). Contudo, mesmo com a existência do direito, é fundamental lutar por ele, uma vez que o acesso à educação, por muitos anos, esteve distante do alcance de muitos grupos sociais, que não se “encaixavam” no modelo educativo vigente. As consequências disto são visíveis explicitamente nos dias de hoje, onde o índice de pessoas analfabetas no Brasil é de 8% da população com 15 anos ou mais<sup>4</sup>. Neste contexto, a educação de adultos tem tomado proporções significativas em um campo de lutas constantes pelo direito à educação.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – Lei nº 9394/96), a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma das modalidades da educação básica e o Estado deverá garantir, portanto, a “oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL,1996). Com isso, se pode mais uma vez perceber a necessidade de luta para assegurar o direito dos cidadãos ao acesso, à permanência e à aprendizagem na EJA.

O Parecer 11/2000 do Conselho Nacional de Educação (CNE) apresenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos e ao destacar os conceitos e funções desta modalidade, aponta que

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força do trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento

---

<sup>4</sup> Dados do IBGE (2015). Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>

imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea. (CNE/CEB, 2000, p.5)

Estudos apontam que a Educação de Jovens e Adultos contribui para uma visão positiva dos indivíduos sobre si, pois o fato de não saber ler e nem escrever os faz sentir inferiorizados diante dos demais e dificulta o acesso a alguns dos seus direitos como cidadão. Cláudia Vóvio (2012, p. 12) ressalta que “as pessoas analfabetas ou pouco escolarizadas são reconhecidas socialmente de modo diferente, discriminadas e estigmatizadas em inúmeras instituições e circunstâncias” e que isso pode diminuir “a possibilidade de usufruir de certas produções culturais e de obter recursos para interagir nos mais variados âmbitos sociais” (VÓVIO, 2012, p. 12).

Vale ressaltar que esta visão precisa ser modificada e que a busca pelo reconhecimento não pode se dar apenas pela via dos estudos, pois já possuem conhecimentos fruto de sua vivência como trabalhadores, como apontam Di Pierro, Joia e Ribeiro (2001)

Os objetivos da formação de pessoas jovens e adultas não se restringem à compensação da educação básica não adquirida no passado, mas visam a responder às múltiplas necessidades formativas que os indivíduos têm no presente e terão no futuro. (DI PIERRO, JOIA e RIBEIRO, 2001.p. 70)

Os sujeitos carregam consigo suas ideias, concepções e conhecimentos sobre o mundo em que vivem, traçam suas estratégias de vida, dentro das lutas diárias e tudo isso deve ser considerado ao traçar um caminho que propicie o processo de construção da aprendizagem.

Assim, investir em propostas educativas que contemplem os sujeitos da EJA, pode ser a garantia da conquista dos direitos negados até então. Di Pierro, Joia e Ribeiro (2011, p. 76) numa visão mais humanista, afirmam que “a educação de adultos poderia deixar de ser associada ao atraso e à pobreza e passar a ser tomada como indicador do mais alto grau de desenvolvimento econômico e social.”

Estas proposições reforçam a ideia de que a EJA surge como um espaço que, além de garantir o direito à educação para todos, promove também a interação social, contribuindo para o crescimento individual e coletivo dos sujeitos.

## 2.2 A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Prisional

Timoty Ireland (2011) afirma que assim como a modalidade EJA não deve se restringir apenas ao objetivo de ensinar o conteúdo, mas também a socialização do educando, a oferta de educação às pessoas privadas de liberdade precisa estar associada às práticas que contribuam para o convívio social deste indivíduo depois de cumprida a pena. Segundo ele

Como componente fundamental do processo de ressocialização, a oferta de educação para a população carcerária – em geral jovens com baixa escolaridade e precária qualificação profissional – não pode se restringir à escolarização e precisa ser articulada com outras ações formativas e assistenciais. (IRELAND, 2011, p. 19)

A Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), no Art.11, estabelece as assistências que o Estado deve oferecer para a população carcerária, visando diminuir a reincidência. Sendo elas: assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa. Contudo, ao destacar os desafios da reinserção social dos detentos devido à falta de políticas públicas coerentes, Elionaldo Julião (2007, p. 4) aponta que “quem se “ressocializa”, geralmente o faz por conta própria, pois, em uma avaliação mais aprofundada dos fatos, poucas são as propostas do Estado existentes para tal. ”

Assim, primeiramente, ser capaz de enxergar as pessoas presas para além do cárcere ou do crime, é reconhecer sua humanidade. Segundo, a partir deste contexto, promover as condições para que as pessoas em situação de privação de liberdade tenham oportunidades de elevação de escolaridade e aprendizagem profissional, passa a ser uma ação relevante para minimizar a possibilidade de reincidência. Considerando as informações referentes à população carcerária no Rio Grande do Sul, os dados da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), atualizados em julho de 2017<sup>5</sup>, mostram que o número total de pessoas

---

<sup>5</sup> Fonte: Departamento de Segurança e Execução Penal - SUSEPE - Atualizado em 12/07/2017. Estes dados são atualizados com frequência.

presas é de 36.470, sendo 34.555 homens e 1.915 mulheres. Destes, mais de 60% tem o Ensino Fundamental Incompleto.

Jane Paiva (2007) apresenta um olhar sobre as pessoas presas, destacando a importância de reconhecê-las como sujeitos com uma bagagem de experiências que não devem ser deixadas de lado, independentemente da situação em que os mesmos se encontrem. Esta autora salienta que

Sujeitos apenados, como todos os demais, têm histórias de vida para além do cárcere: memórias da escola, histórias de família, de filhos, de companheiros, memórias profissionais, etc. O delito que os levou à prisão é parte dessa história, e nem sempre é isto que desejam associar às suas vidas e às identidades que constroem no espaço a que estão restritos. (PAIVA, 2007, p. 47)

Uma vez que é necessário reconhecer os sujeitos em suas especificidades e vivências, ao abordarmos o contexto da prisão, também é preciso perceber que se trata de um lugar de especificidades a começar entendendo que não deve pautar-se como unicamente um espaço de punição, mas sim de outras possibilidades, sendo a educação uma delas. Neste contexto, Teixeira (2007, p. 23) aponta que “no caso específico da educação nas prisões é preciso que ocorra uma mudança cultural no entendimento do papel [...]” destas instituições.

Ainda que os dados da SUSEPE demonstrem um número menor de mulheres em relação à população masculina, podemos considerar que a desigualdade e conseqüentemente a subalternidade das mulheres, também as coloca em uma situação de privação de sua liberdade, mesmo fora do cárcere. Conforme destaca Leonhardt (2015, p. 11) “a mulher não é dona de si, vive em estado de sujeição, tem que ser passiva, servir ao lar e ser uma mãe em potencial.” Isto faz com que, diante de todas estas obrigações, a mulher presa se coloque, muitas vezes, em um estado de falta diante dos seus afazeres, sentindo-se ainda mais inferiorizada em sua condição.

Para Eunice Nonato (2011)

A razão que admite a ignorância, a desqualificação e a impossibilidade da mulher no contexto de privação de liberdade é manifestada pela desconsideração em relação às capacidades, aos saberes e às experiências adquiridas em suas vivências e não leva em conta o fato de elas serem mulheres geralmente ainda muito jovens e com todas as possibilidades para se envolverem em diversas práticas educativas construtivas. (NONATO, 2011. p. 130)

Este forte indicador das questões de gênero, no que se refere às apenadas, faz perceber que as lutas femininas pela igualdade devem ser constantes, incluindo o seu reconhecimento diante de uma população carcerária masculina que é quantitativamente mais expressiva.

### 2.3 A EJA prisional e a Legislação

Sabe-se que a educação é um direito universal, garantido em lei. Sendo assim, qualquer pessoa, independentemente de sua situação, pode acessá-la e aqui se ressalta àquelas que não tiveram acesso à escola quando crianças e adolescentes, cabendo aos Estados e Municípios criarem condições para atender a estes educandos. Neste contexto, a EJA é a modalidade que deverá atender esta demanda, conforme o Art.37 da LBDEN:

**Art. 37.** A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O poder público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. [...] (BRASIL,1996)

Assim, a EJA torna-se uma alternativa de escolarização que poderá contribuir para a concretização de projetos de vida uma vez que, ser escolarizado contribui para a inserção do sujeito no mundo do trabalho. Devemos aqui reiterar a necessidade de permanência das políticas públicas voltadas para esta modalidade, a fim de que reforcem esta inserção de maneira digna.

A oferta de educação nos estabelecimentos penais, por sua vez, está assegurada pela Lei de Execução Penal (LEP – Lei nº 7210/84) onde, no Art.10º é possível observar os deveres do Estado para com a pessoa privada de liberdade. Neste marco legal consta que “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.” Vale ressaltar, contudo, que ainda hoje, a educação na prisão é vista

com certo estranhamento pela sociedade que, muitas vezes, não reconhece a pessoa presa como um cidadão que deve acessar os direitos previstos em Lei. Também é ignorado o fato de que a garantia deste direito poderá contribuir para o seu processo de reintegração social ao término da pena, considerando que uma das diretrizes do Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional (PEESP – Decreto nº 7.626, de 24/11/2011) é “a promoção da reintegração social da pessoa em privação de liberdade por meio da educação.”

O Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>6</sup>, aprovado em 2001, estabeleceu que até 2011 o Brasil deveria “implantar, em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam adolescentes e jovens infratores, programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio.” O PNE em vigência até 2024 (aprovado em 2014) prevê: a garantia do direito à educação básica com qualidade; garantia do acesso; a universalização do ensino obrigatório; a ampliação das oportunidades educacionais; a redução das desigualdades; a valorização da diversidade - os quais são considerados caminhos imprescindíveis para a equidade - além da valorização dos profissionais de educação, entre outros.<sup>7</sup>

Outro marco importante foi a aprovação das Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação de Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade nos Estabelecimentos Penais que foi reconhecida oficialmente pelo Ministério da Educação, através da Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE) de 19 de maio de 2010. No Art.2, onde é destacado que

As ações de educação em contexto de privação de liberdade devem estar calçadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender as especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e são extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e aqueles que cumprem medidas de segurança. (CNE/CEB, 2010, p.2)

Ainda que a resolução considere as especificidades dos diferentes níveis e modalidades, é preciso também atentar para as especificidades dos sujeitos da EJA.

---

<sup>6</sup> O **Plano Nacional de Educação (PNE)** é uma lei ordinária com vigência de dez anos a partir de 26/06/2014 (Lei 13.005 de 25 de maio de 2014), prevista no artigo 214 da Constituição Federal. Estabelece diretrizes, metas e estratégias de concretização no campo da Educação.

<sup>7</sup> Fonte: <http://pne.mec.gov.br/>

Com isto, o espaço da educação prisional passará a ser reconhecido, em suas múltiplas dimensões.

## 2.4 NEEJAs: e a Cultura Popular?

Os Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos são espaços educativos que oferecem certificados de conclusão do Ensino Fundamental e Médio para educandos que não puderam concluir os estudos e buscam, portanto, a conclusão de sua escolaridade. A Resolução nº 313, de 16 de março de 2011, do Conselho Estadual de Educação, estabelece as normas relativas à oferta da Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino e, conforme o art.9º

Os Núcleos de Educação de Jovens e Adultos – NEEJA, mantidos exclusivamente pelo Poder Público, credenciados por este Conselho, com regimento próprio, podem oferecer:

- a) Exames supletivos, que podem ser fracionados em provas parciais relativas a determinada área do conhecimento ou componente do currículo do ensino fundamental ou médio, de acordo com a base comum nacional estabelecida pela LDB e as matrizes curriculares do ENCEEJA e do ENEM, respectivamente;
- b) Programas de apoio para candidatos aos exames supletivos, com metodologia adequada aos jovens e adultos, por meio de atividades presenciais e/ou a distância, conforme cronograma estabelecido pela instituição e aprovado pela mantenedora;
- c) Programas correspondentes aos anos iniciais do ensino fundamental, sem prévia autorização deste Conselho; e
- d) Programas de alfabetização de jovens e adultos, de oferta livre. (CEED/RS, 2011, p.3)

Uma vez que os Núcleos possuam regimento próprio, os educandos podem organizar seus estudos conforme sua rotina e disponibilidade de tempo, não sendo prejudicados pela falta de presença já que não existe uma carga horária pré-estabelecida que precise rigorosamente ser cumprida. Alguns autores destacam suas concepções acerca da Educação de Jovens e Adultos, apontando a necessidade de algumas mudanças na oferta. Consideram necessário

- Descentralizar o sistema de ensino e conceder autonomia aos centros educativos para que formulem projetos pedagógicos pertinentes às necessidades educativas das comunidades em que estão inseridos, convertendo-se estes no *locus* privilegiado de desenvolvimento curricular;
- Flexibilizar a organização curricular e assegurar certificação equivalente para percursos formativos diversos, facultando aos indivíduos que



autodeterminem suas biografias educativas, optando pela trajetória mais adequada às suas necessidades e características;  
- Prover múltiplas ofertas de meios de ensino-aprendizagem, presenciais ou a distância, escolares e extraescolares, facultando a circulação e o aproveitamento de estudos nas diferentes modalidades e meios. (DI PIERRO, JOIA e RIBEIRO, 2001, p.71)

Tais concepções podem ser relacionadas com os objetivos dos NEEJAs, uma vez que possibilitam essa flexibilidade para a organização dos estudos fazendo com que o educando possa se sentir mais motivado a concluí-lo.

Outro objetivo dos Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, no momento de sua criação (anos 2000), está justamente na difusão da cultura popular (CP), por isso a nomenclatura NEEJA-CP. A cultura popular, nesta concepção, abrange diferentes grupos sociais, os quais têm saberes distintos que devem ser respeitados independentemente do contexto em que estejam inseridos, pois como ressalta Brandão (2008, p. 112) “a Cultura Popular apresenta-se como uma alternativa de vocação transformadora e mesmo revolucionária, sob forma de uma ampla gama de ações culturais e também pedagógica de teor político”, fazendo com que a educação e as trajetórias de vidas dos sujeitos possam estar entrelaçadas.

A Resolução 313, no Art.10º, ressalta que os NEEJAS que compõem os estabelecimentos penais precisam atuar com propostas pedagógicas diferenciadas, considerando que na prisão o/a apenado/a segue uma rotina estabelecida e que, muitas vezes, deverá ter uma organização minuciosa dos seus afazeres para dedicar-se aos estudos. Vale ressaltar que os NEEJAs, implantados nas unidades prisionais, também fazem parte de projetos e programas administrados pela Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE) e executados pelo Departamento de Tratamento Penal. Estes estão assegurados legalmente pelo Decreto nº 48.278 de 25 de agosto de 2011 que dispõe sobre a estrutura básica da SUSEPE, onde, no Art. 7, Parágrafo II, estabelece as competências destinadas aos departamentos e que, caberá ao

Departamento de Tratamento Penal: planejar, coordenar, orientar e supervisionar políticas e ações de saúde física e mental, assistência psicossocial e jurídica, **educação**, capacitação profissional, cultura, esporte e lazer das pessoas privadas de liberdade, bem como outros julgados convenientes e necessários. [grifo meu] (SUSEPE, 2011, p. 2).

Estabelecer deveres das diferentes instâncias para com a pessoa privada de liberdade é considerar e promover a garantia dos direitos que as mesmas possuem, visando o fortalecimento de políticas públicas voltadas a grupos em situação de vulnerabilidade social.

## **2.5 As políticas públicas de Educação no Rio Grande do Sul: visão panorâmica sobre os NEEJAs no período de 1999 a 2017.**

Realizando uma rápida retrospectiva acerca das políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos, no que se refere aos NEEJAs, destaco primeiramente as reflexões de Kaefer (2009, p. 115) ao apontar que “não é possível negar que educação é um ato político feito de escolhas, escolhas estas que podem nos levar a grandes avanços, ou inúmeros retrocessos” (p.116).

Em 2000, no Governo Olívio Dutra (1999 - 2003), temos a estruturação dos NEEJAs-CP. Segundo Kaefer (2009, p. 73) os NEEJAs-CP “na sua proposta original, tinham o objetivo de ser mais um espaço de cultura e de valorização do trabalho como princípio educativo”. Também ressalta que “para além da certificação, [...] [voltavam-se à] qualificação das oportunidades de escolarização para jovens e adultos”. Aqui, é importante salientar que anteriormente aos Núcleos, existiam os Centros Estaduais de Ensino Supletivo (CEES). Estes eram espaços educativos que ofereciam as modalidades da educação básica para estudantes que não puderam estudar na idade esperada, possibilitando a organização dos estudos individuais para aqueles que não tinham disponibilidade de tempo para frequentar uma escola regular, sem uma obrigatoriedade de frequência rígida e registrada. Uma proposta voltada especificamente à certificação. No caso dos estabelecimentos prisionais, havia os Núcleos de Orientação aos Exames Supletivos (NOES), com mesma finalidade.

No governo de Germano Rigotto (2003 – 2006), segundo Kaefer (2009, p. 79), “a palavra de ordem era Pacificar o Rio Grande”<sup>8</sup> e destacar o mérito individual (política meritocrática). Dentro das prioridades na área da Educação, especificamente na EJA Prisional, o discurso oficial trata a oferta de cursos regulares dentro das penitenciárias como um dever do Estado e incumbe os NEEJAs de estudar a inclusão de novos conteúdos nos cursos ministrados nos

---

<sup>8</sup> Como se as lutas sociais e reivindicações populares fossem uma “não paz”.

presídios.<sup>9</sup> No entanto, houve discussões e embates sobre as reais funções dos NEEJAs, sobre as parcerias público-privadas (com a Fundação Roberto Marinho, por exemplo) e quais os sentidos de “desideologizar” a EJA (bem como todo o ensino público), conforme presente no Plano de Governo. Representantes dos Núcleos, Secretaria de Educação e Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) entraram em conflito. Havia a defesa de que os NEEJAs deveriam ser espaços capacitados a atender os sujeitos, conforme suas necessidades, respeitando aqueles que podiam estar em sala de aula e também oferecer exames fracionados àqueles que tinham pouca disponibilidade de tempo, atendendo assim todos aqueles que buscavam a conclusão dos estudos. Contudo, os representantes do governo, desconsideravam o fato de que os NEEJAs eram regimentados e, também, todo o processo para a consolidação dos mesmos. Um dos pontos era a discordância do governo quanto à oferta dos exames fracionados, uma vez que viam nos Núcleos apenas como um espaço de apoio pedagógico (KAEFER, 2009, p. 86), total desconhecimento e desvalorização de sua autonomia.

Também no governo Yeda Crusius (2007 – 2010), passaram a surgir questionamentos quanto ao fato de cada Núcleo possuir suas próprias práticas podendo exercer com autonomia a oferta de ensino. Kaefer (2009, p. 95) ressalta que, foram necessárias “audiências públicas, em defesa desta modalidade e destes estabelecimentos de ensino, na Comissão de Educação, na Assembleia Legislativa.” E que “a resistência oferecida pelos NEEJAs surtiu efeitos positivos.” Na época

foi criada uma comissão do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – CPERS/Sindicato de discussão e mobilização em defesa da EJA, formada por representantes dos Neejas do Estado, sendo então realizadas reuniões sistemáticas no sentido de discutir ações coletivas em defesa desta modalidade [...] (KAEFER, 2009, p.96)

Aqui é visível que apesar das desavenças nos diferentes governos, a busca da sociedade civil organizada pelo reconhecimento da EJA enquanto modalidade, foi contínua, destacando a importância da resistência em manter esta oferta de ensino aos sujeitos, firmando assim os direitos de todos.

---

<sup>9</sup> Fonte: <http://www.rs.gov.br/conteudo/168662/estado-garante-a-apeados-liberdade-para-estudar/termosbusca=neeja>

Durante o Governo Tarso Genro (2011 – 2014) houve uma perspectiva mais suscetível quanto aos NEEJAs. A Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), em 2013, debate a reestruturação dos Núcleos de Educação de Jovens e Adultos, visando um atendimento cada vez mais adequado à demanda. Segundo o então Secretário de Estado da Educação José Clóvis de Azevedo, uma reestruturação dos NEEJAs deveria levar em consideração a relação com os educandos, no que se refere à construção da cidadania e, pedagogicamente, ter um compromisso maior com a aprendizagem e a diminuição de taxas de abandono.<sup>10</sup>

O atual Governo José Ivo Sartori (2015 - 2018) segue retomando propostas de estabelecer parcerias público-privadas que tencionam a existência de uma educação efetivamente democrática no Estado do Rio Grande do Sul. Embora em 2016, 2.724 apenados entre condenados e provisórios, estivessem matriculados e cursando a Educação Básica nos quarenta e cinco (45) NEEJAs implantados no Estado, as discussões que foram iniciadas no governo anterior, sobre sua reestruturação, foram interrompidas. Outro aspecto considerável refere-se ao número de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM PPL) que cresceu 18,74% em relação ao ano anterior. Superando 2015, mais de 400 apenados fizeram provas do ENEM naquele ano. No total, foram 2.559 inscritos, entre homens e mulheres, de todos os regimes e 74 casas prisionais participantes<sup>11</sup>. Nota-se que é um número pequeno, quando relacionado ao total de apenados (as) no Rio Grande do Sul. Vale ressaltar que, a expressiva maioria dos (as) apenados (as) precisa concluir o Ensino Fundamental.

Em 2017, por sua vez, são poucos os avanços apresentados. Vale ressaltar o que se conquistou: a PERG (Penitenciária Estadual de Rio Grande) aumentou em 70,37% a formação de apenados no Ensino Fundamental por meio do NEEJA<sup>12</sup>. Assim, percebe-se que a luta pela garantia deste espaço deve seguir, a fim de que haja uma educação promotora de justiça social para todos e não apenas ações pontuais. Ao dialogar com educadoras, foram problematizadas algumas destas

---

<sup>10</sup> Fonte: <http://www.rs.gov.br/conteudo/9397/secretaria-debate-reestruturacao-dos-nucleos-de-educacao-de-jovens-e-adultos-/termosbusca=neeja>

<sup>11</sup> Fonte: <http://www.rs.gov.br/conteudo/251655/numero-de-inscritos-no-enem-prisonal-cresce-1874-em-2016/termosbusca=neeja>

<sup>12</sup> Fonte:

questões, com enfoque no legado da educação e cultura popular para estes Núcleos.

### 3 METODOLOGIA

Conforme mencionado anteriormente, o interesse pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) e posteriormente a Educação nas prisões, surgiu ao longo do estágio curricular obrigatório onde passei a me questionar sobre os desafios na elaboração de um planejamento pedagógico considerando os conhecimentos prévios dos educandos e, principalmente as especificidades da situação em que se encontram. Percebi que, ainda que surgissem contextos distintos, ao pontuar a educação, sempre haverá um ponto em comum: a docência.

Sendo assim, este trabalho apresenta um estudo sobre a docência na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com ênfase na oferta que ocorre nas prisões (EJA Prisional). Analisa as especificidades da docência na Educação de Jovens e Adultos com mulheres privadas de liberdade, bem como os desafios da prática pedagógica considerando as características no âmbito do sistema penitenciário. Busca, também, identificar os principais aspectos históricos e estruturais relacionados aos NEEJAs (Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos) com ênfase na sua presença no sistema prisional gaúcho, retomando a sua característica de espaço para valorização e difusão da cultura popular (CP).

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, que consiste em explorar mais a fundo uma temática já existente, porém sem o intuito de se obter resultados específicos, analisando e refletindo sobre os conceitos apresentados a partir de uma questão problematizadora. Como ressalta Minayo (2001, p.21) “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares” e “ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado.” Assim, com base nos estudos acerca destas metodologias, apresento a pergunta central da pesquisa:

***Considerando os contextos e especificidades da EJA prisional, quais os desafios da Docência nas práticas pedagógicas com mulheres privadas de liberdade?***

A partir desta questão, os objetivos que busquei alcançar foram:

- Analisar as especificidades da Docência na Educação de Jovens e Adultos com mulheres privadas de liberdade;

- Identificar os principais aspectos da história e da estrutura relacionados aos NEEJAs no sistema prisional Gaúcho;
- Contribuir com reflexões sobre os desafios da Docência no sistema prisional, a partir de relatos de experiências.

Os caminhos adotados foram: conhecer a história, legislações e referenciais teóricos existentes sobre a educação prisional e os Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, bem como a realização de entrevistas que possibilitaram um diálogo construtivo com profissionais que atuam na área da educação nas prisões. As entrevistas foram organizadas em 3 (três) blocos: o primeiro consistia em uma apresentação pessoal, o segundo abordava os desafios que a entrevistada encontrava ao exercer a profissão e o terceiro, as possíveis sugestões/críticas que considerassem importantes para pensar a sua área de atuação. Aqui vale ressaltar que, a partir destes principais tópicos surgiram outras questões que aprimoraram o diálogo, sendo este um dos objetivos da entrevista semiestruturada.

As entrevistas foram realizadas no Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos Julieta Villamil Balestro<sup>13</sup>, que está localizado no interior do Presídio Estadual Feminino Madre Pelletier em Porto Alegre e tiveram um caráter semiestruturado. Foram elaborados tópicos que proporcionaram um melhor direcionamento do diálogo com as entrevistadas, sem restringi-las a uma resposta específica. Antes do início da conversa, foi entregue para cada participante um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, ficando garantido o sigilo da identidade bem como a solicitação para a gravação em áudio da conversa. Para as entrevistas foram escolhidas profissionais que atuam no NEEJA Julieta Balestro, sendo elas: uma docente dos anos finais e uma professora que integra a equipe diretiva<sup>14</sup>. Como identificação das entrevistadas, o nome de cada uma foi substituído, a fim de preservar suas identidades.

---

<sup>13</sup> Hoje, conforme dados fornecidos pela Direção do Núcleo, trinta e cinco (35) apenas o frequentam.

<sup>14</sup> Houve a tentativa de entrevistar uma professora dos anos iniciais. Contudo, a incompatibilidade de horários (horário de trabalho da docente, concomitante ao das aulas na Faculdade) e a falta do retorno de contatos via e-mail, impossibilitaram sua participação. Também cabe considerar as limitações de acesso a uma casa prisional.

Cíntia é membro da equipe diretiva e professora no NEEJA. Graduiu-se em Pedagogia e Serviço Social. Tem especialização na área de Políticas de Gênero e na área de Educação Prisional. Segue participando de atividades de formação.

Vivian é professora dos anos finais neste Núcleo. É militante feminista desde 2010. Realizou concurso para a rede estadual e em 2012 assume a docência no Presídio Feminino. Possui formação acadêmica em Ciências Sociais e atualmente está cursando o Doutorado em Educação.

O Núcleo visitado foi implementado no ano de 2006. Conforme Cíntia, o espaço já funcionava antes com outras nomenclaturas, desde o tempo do MOBREAL<sup>15</sup>, mas tudo ocorria sem formalização. Também descreve o Núcleo como um ambiente que possibilita grandes aprendizagens, mas que também precisa de ajustes, pois, para ela, a realidade de um contexto prisional não vai ao encontro da que o Estado descreve no atual regimento.

Os NEEJAs têm um regimento próprio que são tanto para os prisionais quanto para os comunitários. Nós temos um regimento que já existe há 11 anos, então ele está bastante defasado e não tem mais como seguir tudo à risca porque somos uma realidade totalmente diferente de um NEEJA comunitário, por exemplo [...] Então, eu costumo dizer que ainda não inventaram uma escola prisional, pois, não somos EJA e não nos encaixamos 100% no que determina como que deva funcionar um NEEJA. Os NEEJAs [de acordo com as políticas vigentes] são específicos para provas de certificação e, no prisional, isso não acontece. Elas vêm e frequentam aula como se fosse uma EJA, com a diferença de que aqui a gente não tem como instituir uma carga horária mínima, por causa de toda a sistemática de como tudo funciona aqui dentro [...] É tudo muito rápido, dinâmico aqui dentro. Elas chegam hoje, algumas já saem amanhã [...] e toda essa dinâmica se torna bem diferente de outras escolas. Então, para mim, ainda não inventaram uma especificidade para uma escola prisional. *(Cíntia, trecho da entrevista realizada em junho de 2017)*

---

<sup>15</sup> Mobral: Movimento Brasileiro de Alfabetização, programa criado em 1970 pelo governo federal com o objetivo de erradicar o analfabetismo no Brasil em dez anos, extinto em 1985. Fonte: [www.educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/](http://www.educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/)



Quanto à estrutura física, o NEEJA Julieta Balestro possui uma biblioteca bastante equipada com os mais variados livros didáticos e três salas de aula. Há uma sala de informática onde as alunas usam os computadores, mas não tem acesso à internet. Isto faz com que ao planejar alguma atividade que necessite o uso, as professoras devam organizar os dados em aparelhos multimídia como CD's ou pendrives. Também há uma sala de professores com banheiro e o banheiro para as estudantes. Entre uma sala de aula e o banheiro, Cíntia chama a minha atenção para um objeto que, segundo ela, é o mais apreciado pelas alunas: um espelho – objeto que inexistente no interior do presídio. Ali, ela relata que as alunas dificilmente passam sem parar para se observar e que ela acredita que seja uma forma de autorreconhecimento positivo, considerando o espaço escolar que elas se encontram e que, para ela, é importante que elas sejam capazes de fazer este exercício. O corpo docente, por sua vez, é composto por oito professoras, incluindo direção e vice-direção. No momento da entrevista, atendia um total de trinta e cinco estudantes nos turnos da manhã, tarde e noite.

Após a realização das entrevistas, os diálogos foram organizados em uma tabela (Apêndice C) onde foram destacados os principais temas tratados para que, a partir disto, pudessem ser analisados os que foram considerados mais significativos para transcrição na íntegra e organizados em um novo documento (Apêndice D). As análises seguem no próximo capítulo.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

Nos capítulos anteriores foram tratadas a história, a legislação e referenciais teóricos sobre a educação prisional, os Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos e as políticas públicas voltadas para os mesmos, bem como sobre a Educação de Jovens e Adultos enquanto modalidade. Para dar continuidade à pesquisa foram realizadas entrevistas que possibilitaram um diálogo com docentes lotadas no NEEJA Julieta Villamil Balestro, a fim de obter uma melhor compreensão do seu cotidiano e sobre as práticas pedagógicas na EJA Prisional.

Passamos a discutir a docência na Educação de Jovens e Adultos com mulheres privadas de liberdade, bem como os desafios da prática pedagógica, considerando as características no âmbito do sistema penitenciário com base no referencial teórico estudado e, também, nas reflexões apresentadas pelas entrevistadas.

### **4.1 “*Nós precisamos oferecer uma escola diferente*”: Reflexões sobre a docência e a busca por mudanças positivas.**

Dou início a este capítulo ressaltando que perceber a necessidade dos educandos em seu processo de aprendizagem é um dos aspectos mais importantes da prática docente. Considero que o professor, independentemente do contexto em que se encontra, precisa buscar dentro de seus princípios, inovações no seu modo de partilhar o conhecimento, considerando a maneira individual que cada um tem para aprender, proporcionando situações que levem à aprendizagem através de situações significativas. Antônio Nóvoa trata da formação de professores e, para ele

É necessário que os professores se assumam como produtores de sua profissão. O que implicaria desenvolver o profissionalismo docente, articulado com as escolas e seus projetos, ou seja, as escolas não mudam sem que os professores queiram e desejem e, por sua vez, estes não podem mudar sem uma transformação das instituições em que exercem seu ofício (NÓVOA, 1995, p.72).

Cíntia destaca um dos principais objetivos do NEEJA Julieta Villamil Balestro e considera fundamental:

Oferecer uma educação diferente do que elas já tiveram lá fora porque essa educação não conseguiu chamar a atenção e fazer com que elas se envolvessem de alguma forma e, por isso mesmo que elas acabaram largando a escola. Então, nós não podemos oferecer uma escola igual, nós precisamos oferecer uma escola diferente do que elas já conhecem porque aquela escola elas já sabem que não agrada. [...] A gente tem essa prerrogativa de fazer uma educação diferente do que é lá fora. (Cíntia, trecho da entrevista realizada em junho de 2017)

Sendo assim, é necessário tornar o ambiente escolar, para pessoas privadas de liberdade, em um lugar no qual se sintam à vontade. Aqui cabe ressaltar que fazer valer os direitos de todos é de extrema importância, pois, ao contrário, de nada adianta o ato de elaborar, sem o de executar. Isso me faz pensar que estas mulheres tiveram mais motivos para que abandonassem os estudos do que àqueles que poderiam as fazer continuar e, um deles, pode ser a falta de pertencimento à escola, pois não basta unicamente o acesso. Conforme destaca Jane Paiva (2007, p.44)

Também é preciso pensar o quanto a própria escola, seus ritos, práticas, rotinas e propostas pedagógicas podem ser responsáveis pelo afastamento dos alunos, desiludidos pela inadequação da oferta em relação ao que vêm buscar.

Assim, mais uma vez, a importância do aprimoramento do currículo da EJA, na busca da valorização dos sujeitos, respeitando suas especificidades, considerando seus conhecimentos e caminhando rumo a uma educação para todos, torna-se cada vez mais urgente.

Como em qualquer outra modalidade de ensino, o educador deve compreender as especificidades dos alunos, a realidade em que vivem, exercer um trabalho comprometido com a ressocialização e cidadania, buscando meios e encontrando soluções para transpor os obstáculos que se apresentam. (LOUZADA e NOVELLI, 2012, p.74)

Então, se torna necessária a elaboração de propostas que vão ao encontro do desejo de educação para todos, objetivo que tanto almejamos enquanto docentes, mas que muitas vezes nos parece tão distante.

Ao questionar as professoras sobre a organização dos planejamentos, algo que me chamou bastante a atenção: a docência compartilhada. Não por espanto, mas por lembrar dos momentos durante o estágio obrigatório na EJA, no qual

também realizei em docência compartilhada, sendo este um dos momentos mais significativos da graduação e que me proporcionou grandes aprendizagens.

Eu gosto da ideia da docência compartilhada pra conseguir juntar esses temas e ir trabalhando os contextos específicos das mulheres [...] Tentar juntar tudo isso dá trabalho, mas, acho que a gente tá caminhando nisso, ajustando. Às vezes umas coisas dão certo, outras não dão tanto. Uma turma a gente viu que não deu, então dá tempo de arrumar na outra. Enfim, a gente tem tentando caminhar por aí. (Vivian, trecho da entrevista realizada em junho de 2017)

A docência compartilhada, em determinados contextos, pode abrir caminhos para que se realize um trabalho diferenciado, pois, a partilha das angústias na busca por alternativas, pode resultar em práticas inovadoras, que deem sentido à educação para as pessoas que já não a veem como algo prazeroso. Penso que as práticas devem vir acompanhadas de ações reflexivas, a partir da interação entre professor e educando, para que o processo de ensino e aprendizagem seja mútuo, partindo sempre do contexto de que quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender, como salientou Paulo Freire.

Por isso, o professor precisa estar disposto a fazer um exercício delicado de silenciar, escutar, ver, escrever, participar e valorizar cada sujeito. No contexto da prisão, pode ser que esse exercício seja ainda mais desafiador, pois, ali estão pessoas que trazem consigo as mais diversas histórias de vida e estas especificidades também devem fazer parte deste trabalho.

Conforme Paiva:

Conteúdos e metodologia podem parecer centrais na atuação pedagógica de professores, mas uns e outra não se fazem no vazio, no nada. Só encontram sentido se propostos a partir de sujeitos encarnados, feitos de vida e histórias, de desejo, curiosidade e vontade de saber. (PAIVA, 2007, p. 50)

Para que tudo isso possa ser colocado em prática, destaco aqui um dos princípios que teve destaque nas falas das entrevistadas: a intencionalidade. Penso que sem este, torna-se dificultada a luta pelas mudanças.

O que me motiva a estar aqui é pensar que nós, enquanto Estado, temos uma dívida com as pessoas em privação de liberdade [...] pois, acho que não foi oferecido uma escola de qualidade. Então, o meu desafio é exatamente esse, que é proporcionar uma escola diferente do que elas conheceram, uma escola em que elas mesmas se reconheçam e isso é muito desafiador por que eu não dependo só do meu trabalho pra isso, eu dependo do trabalho do meu grupo e, como em qualquer grupo a gente tem semelhanças e diferenças. Esse meu desafio não significa que seja um desafio do meu grupo, cada um tem sua intenção [...] o que não pode é não haver intenção (risos). Aí não acontece e dificilmente vai conseguir permanecer no grupo por que o grupo tem que caminhar pro mesmo lado. Ainda mais em uma escola com um grupo pequeno como o nosso e pra atender essa demanda, pra ver se, dessa vez, a educação do Estado não falhe [...], então, é um desafio imenso. (Cintia, trecho da entrevista realizada em junho de 2017.)

Paulo Freire (2002, p.29) reafirma “a esperança de que professor e alunos juntos podemos aprender, ensinar, inquietar-nos, produzir e juntos igualmente resistir aos obstáculos à nossa alegria”. Nesta linha, outro aspecto importante encontrado nas falas das entrevistadas está relacionado ao público-alvo que elas atendem e o quanto isso pode, muitas vezes, contribuir no andamento das práticas pedagógicas:

Eu acho que o fato de sermos só mulheres lecionando também ajuda por que eu acho que se exerce aqui uma sororidade entre as professoras [...] Mesmo que as escolas sejam análogas às prisões, aqui é uma escola dentro da prisão. A gente tá presa também junto com as meninas e isso acaba fazendo com que a gente acabe criando outros laços então eu acho que é diferente. (Vivian, trecho da entrevista realizada em junho de 2017)

Ao traçar as características de um presídio e de uma escola, Leonhardt (2015) traz um questionamento sobre como equilibrar os embates que permeiam estes ambientes. Segundo ela

A penitenciária é um ambiente onde a privação de liberdade é a primeira característica. Em contradição a isso, a escola é (ao menos poderia ser) um espaço de práticas que valorizassem os sentidos de liberdade. Num mesmo ambiente, as instituições convivem até o limite de suas possibilidades, atravessadas pelas tensões próprias do lugar. Nessa realidade de disputa, como a escola pode ser uma promotora do direito humano à educação estando uma instituição total, um ambiente que se propõe condicionamento como o seu ponto mais central? (LEONHARDT, 2015, p. 33)

Logo, esta questão vai ao encontro das reflexões de Vivian, pois, pensar no aprisionamento é uma condição. Estar em uma escola dentro da prisão é outra realidade, diferente das vivenciadas por NEEJAS que não tem esta característica, mesmo que o público, de certa forma, se assemelhe.

Também, a expressão utilizada pela professora Vivian, me chamou a atenção. Ao buscar o significado da palavra *Sororidade* encontrei:

Relação de irmandade, união, afeto ou amizade entre mulheres, assemelhando-se àquela estabelecida entre irmãs. Mulheres que compartilham os mesmos ideias e propósitos, normalmente de teor feminista.<sup>16</sup>

Pude perceber que isto pode fazer com que o cotidiano dentro da escola, mesmo que no âmbito da prisão, seja mais prazeroso e que o desafio maior talvez seja fazer com que as próprias estudantes consigam perceber isso, em ambiente tão hostil. Para Nonato (2011, p. 129) é importante, “mesmo nessa situação de privação de liberdade, abrir brechas na instituição fechada, rompendo com a especificidade do cárcere”. Penso que, abrir brechas pode também estar relacionado ao planejamento pedagógico que deve considerar as educandas-mulheres e fazer com que as mesmas percebam na educação escolar uma alternativa de mudança.

Com isso a gente sabe que não vai conseguir salvar o mundo e nem é essa a intenção, mas, ao mesmo tempo eu acho que se tu conseguir fazer com que, de alguma forma, essas mulheres possam sair daqui com uma visão um pouquinho diferente da que elas entraram [...] na escola, a gente já vai ter um ganho bastante grande ou, que ao menos, possibilite que essas mulheres possam fazer ao menos uma reflexão – não que passem a pensar diferente – mas que possam parar em algum momento e dizer assim: “Olha só aquilo que a professora *tava* conversando comigo sobre tal assunto” [...] - com isso a gente já vai ter um ganho enorme. (Cintia, trecho da entrevista realizada em junho de 2017)

Estes depoimentos mostram que apesar das dificuldades que permeiam o cotidiano da EJA Prisional, é possível encontrar brechas e realizar um trabalho significativo, considerando as singularidades dos sujeitos (a cultura popular) que fazem parte deste contexto.

<sup>16</sup> Fonte: <https://www.dicio.com.br/sororidade/>

#### **4.2 Sobre *nem tudo ser um mar de rosas*: as dificuldades que permeiam o cotidiano da escola na prisão.**

Ao questionar as entrevistadas sobre as dificuldades que encontravam nas suas práticas e no dia-a-dia na penitenciária, iniciaram a fala contando sobre as perspectivas pessoais sobre a escola na prisão e o quanto foi preciso saber trabalhar tais concepções.

Eu me lembro de no primeiro dia chegar em casa e quase morrer chorando por que eu tinha uma aluna bastante idosa que me lembrava muito a minha vó e tu acaba criando uma empatia e eu chorei muito naquele dia [...] Então, eu acho que o meu primeiro dia foi muito marcante porque foi o choque da realidade, quando tu sai dessa ideia romântica de que tu vai salvar o mundo e pensa: “*Tá*, como é que eu salvo a minha ideia de docência e aplico todo o meu discurso de Educação Popular agora, aqui?” Porque eu achava que ia ser bem mais fácil [...] e aí tu chega e coloca teus pés aqui e diz: “*Tá*, não vai funcionar aqui. Eu vou ter que achar uma outra estratégia.” (Vivian, trecho da entrevista realizada em junho de 2017)

Eventualmente elas acabam contando sobre o crime, mas pra nós isso não pode importar e é uma coisa que tu meio que tem que transcender porque, querendo ou não a gente acaba sabendo. [...] Tu tem que saber separar: “É aluna, ponto”. Tem que saber separar: “Não sou juiz. Não sou policial”. É minha aluna, por mais difícil que seja. (Cintia, trecho da entrevista realizada em junho de 2017)

Estes trechos iniciais das entrevistas fazem refletir sobre os pré-conceitos que frequentemente se estabelecem sobre certos lugares e pessoas, destacando mais uma vez os estigmas daquelas que estão em situação de privação de liberdade. Também remete ao quanto isso, muitas vezes, pode acarretar em um distanciamento peculiar de profissionais frente a estas pessoas, sendo um “choque” reconhecer suas histórias.

Ao ser questionada sobre o início de sua trajetória como professora de mulheres em situação de privação de liberdade, Vivian reflete sobre como buscou equalizar as situações que, para ela, eram difíceis de lidar:

No começo foi complicado aceitar crimes mais pesados [...] A gente procura não saber dos crimes, mas tu acaba sabendo. Os mais pesados meio que caminham pelo espaço prisional e é impossível não saber, como em qualquer escola [...] aquilo que é mais [...] sempre acaba sabendo. Mas com o tempo, isso vai se naturalizando. Vai virando tanto do teu cotidiano que, às vezes, eu até fico na dúvida se a gente se adapta ou se a gente se anestesia diante dessa realidade sabe? Não sei se isso é um mecanismo de manutenção da tua sanidade mental, porque tu trabalha num contexto muito pesado, com muito problema [...] (Vivian, trecho da entrevista realizada em junho de 2017)

Aqui todas têm problemas. Então tu tem que lidar com muitos problemas familiares. Tem dias que tu não consegue dar aula porque algumas não estão em condições psicológicas, outras físicas [...] Então, tu nunca sabe como que tu vai encontrar tua turma e claro que, pra tu te manter saudável nesse lugar, talvez se anestesiarem um pouco seja a condição pra tu conseguir o balanço, que é anestesiarem sem perder o olhar, a sensibilidade [...] Então eu acho que isso é uma coisa que a gente tem que ter o tempo inteiro nesse balanço. (Vivian, trecho da entrevista realizada em junho de 2017)

Aqui se destaca mais um desafio: a sensibilidade do olhar, mesmo com a necessidade de uma suposta “anestesia”. Torna-se fundamental perceber os sujeitos dentro de suas singularidades, como educandos em processo de aprendizagem, superando – ou ao menos tentando – o fato de serem pessoas que cometeram delitos e trabalhando para que não deixem, mais uma vez, de acessar um direito, a que fazem jus, dentro e fora da prisão. Com isso “a crescente população carcerária revela que algo precisa ser feito no sentido de dar conta da humanização nos dias passados atrás das grades” (LEONHARDT, 2015, p. 44). Penso que esta humanização poderia se entrelaçar às funções da EJA, estabelecidas no Parecer CNE/CEB 11 de 2000. A *função reparadora* que “significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano” (CNE/CEB 11/2000, p.7); a *função equalizadora* que “vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados” (CNE/CEB 11/2000, p. 9), com o fim de possibilitar acesso ao conhecimento sistematizado e às condições de acesso a outros direitos, para além da Educação, pois “a equidade é a forma pela qual se distribuem os bens sociais de modo a



garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade, consideradas as situações específicas” (CNE/CEB 11/2000, p. 10); e a *função permanente* que tem a “tarefa de propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida” (CNE/CEB 11/2000, p.11), sendo esta o próprio sentido da EJA. Assim, ao tratar especificamente do cárcere, ambas as funções têm papel fundamental tanto no presente, ou seja, durante o cumprimento da pena, quanto no futuro, podendo contribuir na reentrada do sujeito na sociedade.

Finalizando as análises, ao questionar as entrevistadas sobre suas críticas em relação às políticas públicas voltadas para os NEEJAs, Vivian é franca ao pontuar um contrassenso:

Eu acho que a gente vive um excesso de burocracia em especial os NEEJAs e os prisionais. É uma parte muito esquecida pelo Estado. Então, assim: eles nos pedem e nos cobram coisas que são irrealizáveis e que não fazem nenhum sentido nesse contexto e não tem escuta pra aquilo que as professoras dizem do tipo: “Isso não funciona” “Isso não tem lógica”. E, aí, tu tem que te virar do jeito que der pra transformar uma escola prisional numa escola regular e uma escola regular que já jogou essas pessoas pra esse sistema prisional [...] Então, é uma completa contradição. Falta de coerência, incongruência, todas as palavras que tu puder encontrar, se encaixam nessa relação com o Estado. [...] Essa coisa burocrática é muito fora da realidade, não dialoga em nada. (Vivian, trecho da entrevista realizada em junho de 2017)

Aqui pode se destacar mais uma, dentre as inúmeras vezes em que a EJA aparece em segundo plano nas políticas e o quanto isso vêm se agravando, uma vez que a falta de recursos é cada vez mais explícita. Retoma-se, na atualidade, que “tanto a EJA quanto à educação em prisões sofre da falta de projetos e pessoal próprios: projetos político-pedagógicos e educadores com uma formação específica para trabalhar com o público jovem e adulto e o público encarcerado” (IRELAND, 2011, p. 30).

Ainda sobre as críticas, Vivian fala sobre a possibilidade de não permanecer no NEEJA, ressaltando a falta de políticas, envolvendo a carreira docente e a valorização do magistério estadual, para manter os profissionais na Rede:

Olha, eu estou aqui, não pretendo ficar aqui por muito tempo [...] não porque eu não goste da escola ou porque eu não ache que minhas alunas não mereçam uma professora com doutorado, enfim [...] Só que infelizmente, o Estado como empregador, não me fornece a possibilidade de me manter aqui [...] O Estado não tem interesse em me manter aqui e eu não tenho condições de permanecer nessas condições [com um salário tão baixo]. (Vivian, trecho da entrevista realizada em junho de 2017)

A partir destes relatos, os desafios apontados pelas entrevistadas trazem também questionamentos acerca da oferta da educação para pessoas privadas de liberdade: Quando será efetivo o direito à Educação no âmbito das prisões? Como dar sentido à educação para que ela possa contribuir no processo de reinserção do sujeito, após cumprir a pena? E durante o seu cumprimento? Como dar ênfase na importância da educação enquanto o apenado está recluso? Que políticas serão implementadas para valorização do Magistério?

Muitos são os questionamentos. Contudo, percebemos que a “educação em prisões, como direito, é inerentemente contraditória; por isso, permanece como desafio para as nossas sociedades” (IRELAND, 2011, p. 39). Sabemos também que, responder estas questões torna-se necessário para que a EJA cumpra com suas funções.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como finalidade analisar as especificidades da docência na Educação de Jovens e Adultos com mulheres privadas de liberdade, bem como os desafios da prática pedagógica considerando as características no âmbito do sistema penitenciário. Buscou, também, identificar os principais aspectos históricos e estruturais relacionados aos NEEJAs (Núcleos Estaduais de Educação de Jovens e Adultos) com ênfase na sua presença no sistema prisional gaúcho. Ao concluir este trabalho, minhas reflexões vão ao encontro das propostas por Paiva (2007, p.43), quando afirma que “se a EJA para os demais públicos não é vista como direito, ficando à margem das políticas públicas, historicamente e, muitas vezes, ainda hoje, quando se trata dos apenados, essa situação se acentua, penosamente”. Pode-se concluir destacando que, os desafios da docência estão e, estarão presentes independentemente do contexto em que nos encontrarmos e que hoje, se torna necessária a busca por propostas que contribuam na garantia deste direito que vem sendo atacado, em maior ou menor escala, ao longo dos diferentes governos.

A EJA surge na vida dos educandos que estão retomando seus estudos com a proposta de uma educação democrática. A partir disto, os NEEJAs surgem das lutas sociais pelo direito à Educação, em diferentes contextos. Penso que, dar continuidade a estes movimentos e lutar pela permanência destes espaços, considerando a importância dos mesmos, é um desafio diário e incessante. Contudo, permanece necessário para que se reforce o exercício de enxergar na educação, possibilidades de um presente e também de um futuro com mais dignidade.

Para as professoras, os principais desafios apontados além de encarar a realidade de uma escola na prisão e o fato de as educandas serem pessoas que cometeram delitos, foi o desafio de aceitar – ou ao menos tentar – fazer com que o delito não interferisse nas suas práticas pedagógicas, ressaltando a necessidade de enxergar os educandos como pessoas em processo de aprendizagem e, a partir disso, estabelecer vínculos para tornar o cotidiano mais prazeroso e significativo. Também, a relação incoerente com o Estado, a falta de políticas públicas dignas voltadas para este público-alvo, a falta de planejamento para com os NEEJAs, são desafios que permeiam o cotidiano destas professoras que mesmo assim continuam

a lutar, da maneira que podem, para proporcionar uma educação digna para seus educandos.

Contudo, as potencialidades da prática docente na prisão estão presentes e, entrelaçadas a um dos principais objetivos do NEEJA Julieta Villamil Balestro: oferecer uma educação de qualidade. O trabalho em equipe, a docência compartilhada, os planejamentos que respeitam o público-alvo e as lutas pelo reconhecimento da mulher, bem como seu pertencimento frente à sociedade, são motivações que surgem como alternativa para superar as dificuldades.

Também vivenciei alguns desafios ao longo de todo o percurso para a realização da pesquisa. Na espera para ser recebida, logo na entrada do presídio, a regra era bem explícita: ninguém entrava ou saía dali sem autorização e o silêncio que reinava naquele lugar, por vezes, me incomodou. Imaginava um espaço bem diferente, talvez mais agitado devido aos tantos pré-conceitos que automaticamente estabelecemos e esperamos de um sistema prisional. Ao me deparar com as apenadas se dirigindo para o NEEJA, para o turno de aula, várias sensações tomaram conta dos meus pensamentos: ansiedade, medo, angústia, compaixão, assim como muitos questionamentos: Por que elas cometeram crimes? Como elas vivem nesse lugar? Como conseguem lidar com tudo isso?

Ao sair de lá, as sensações e questionamentos eram outros, pois, é incrível como se passa – ou ao menos eu passei – a enxergar aquele lugar com outros olhos quando temos a oportunidade de conhecer uma parte, mesmo que pequena, da sua história. Poder romper com estes preconceitos e enxergar, mesmo que numa perspectiva distante, a possibilidade de poder voltar ali, exercer a profissão que almejei para a minha vida e, quem sabe, poder fazer o mínimo de diferença na vida escolar daquelas mulheres, fez todo este percurso valer a pena.

Realizar este trabalho me fez perceber que os desafios que permeiam as práticas pedagógicas com pessoas em situação de privação de liberdade são muitos e dificilmente desaparecerão, assim como os desafios que todos encontraremos ao longo da docência. As mudanças são necessárias, mas não ocorrem sem mobilização e, talvez, este seja o maior desafio já que “precisamos que ainda sejam efetivadas políticas públicas no sentido de equalizar as desigualdades educacionais”

(LOUZADA e NOVELLI, 2012, p.81). Ainda que se figure como distante, este é o nosso horizonte a perseguir.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm)>. Acesso em: 1 de abril de 2017.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm)>. Acesso em: 1 de abril de 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 2 de abril de 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011. **Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/Decreto/D7626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/Decreto/D7626.htm)>. Acesso em: 2 de abril de 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer n.11 de 10 de maio de 2000. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/PCB11_2000.pdf)> Acesso em: 20 de maio de 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução n.2, de 19 de maio de 2010. **Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais**. Disponível em: <[http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/resolucao\\_2\\_eja\\_prisoas.pdf](http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br/df/files/resolucao_2_eja_prisoas.pdf)>. Acesso em: 20 de maio de 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Resolução nº 313. **Consolida Normas Relativamente à Oferta da Educação de Jovens e Adultos – Eja, no Sistema Estadual de Ensino, e dá outras providências, em consonância com as Diretrizes Nacionais Fixadas nas Resoluções Cne/ceb Nº 3/2010 e Nº 7/2010**. Disponível em: <<http://www.ceed.rs.gov.br/conteudo/1164/resolucao-n%c2%ba-0313-2011>>. Acesso em: 01 de maio de 2017.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Cultura Popular. In: STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

DI PIERRO, Maria C; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera M. Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IRELAND, Timoty D. **Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios**. Em aberto, Brasília, v.24, n. 86, p. 19-39, nov.2011.

KAEFER, Maria Teresinha Verle. Da intenção à ação: avanços e retrocessos na educação de jovens e adultos na rede estadual do RS no período de 1999 a 2008. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

LEONHARDT, Mariana. **Escolarização de Jovens e Adultas : contribuições e atribuições da escola para a reintegração de mulheres privadas de liberdade**. Trabalho de conclusão (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Licenciatura em Pedagogia, Porto Alegre, BR-RS, 2015. Disponível em: Impresso.

LOUZADA, Shênia S S; NOVELII, Juliana. O trabalho do professor dentro das penitenciárias. **Revista Trajetória Multicursos** – FACOS/CNE. Osório Ano 3 – Vol. 5 Nº 6 – Julho de 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. Cap. 1, p. 9-28.

NONATO, Eunice M N. Educação de mulheres em situação de privação de liberdade. Em Aberto. Brasília v.24, n.86, p. 127-140, nov. 2011.

NÓVOA, Antônio. **Vidas de professores**. Porto Editora: 1995.

PAIVA, Jane. **Conteúdos e Metodologia: a prática docente no cárcere**. In: Salto para o futuro. MEC, 2011. p. 49-59.

TEIXEIRA, Carlos José Pinheiro. **O papel da educação como programa de reinserção social para jovens e adultos privados de liberdade: perspectivas e avanços**. In: Salto para o futuro. MEC, 2011. p. 14-21.

VÓVIO, Cláudia Lemos. Desconstruindo dicotomias: a articulação de saberes na escolarização de pessoas jovens e adultas. In: **Revista EJA em Debate**. Florianópolis: UFSC, 2012, p. 11 – 21.

## **APÊNDICES**



**APÊNDICE A – Quadro de tópicos para a entrevista: Direção.**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
 DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS

**Entrevista semiestruturada para a Direção do NEEJA - CP Julieta Villamil  
 Balestro.**

A entrevista foi organizada em 2 blocos:

1º Bloco	2º Bloco
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Idade</li> <li>- Formação</li> <li>- Tempo de experiência na EJA Prisional?</li> <li>- O que te motivou a vir para a EJA Prisional?</li> </ul>	<p><b>SOBRE O NEEJA JULIETA BALESTRO HOJE:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Informações sobre o espaço físico;</li> <li>- Como se organiza;</li> <li>- Corpo docente que compõe;</li> <li>- Quais disciplinas oferece;</li> <li>- Quantas alunas frequentam.</li> </ul>

**APÊNDICE B – Quadro de tópicos para a entrevista: Docentes.**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
 DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS

**Entrevista semiestruturada para as Docentes do Neeja-CP Julieta Villamil  
 Balestro.**

A entrevista foi organizada em 3 blocos:

1º Bloco	2º Bloco	3º Bloco
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Idade</li> <li>- Formação</li> <li>- Tempo de experiência na Gestão</li> <li>- Experiência na EJA Prisional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O que te motivou a vir para a EJA Prisional?</li> <li>- Quais os desafios que encontras nas tuas práticas pedagógicas?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A partir das tuas experiências na EJA Prisional, o que achas que poderia melhorar no teu ambiente de trabalho?</li> </ul>



**APÊNDICE D – Exemplo da tabela de sistematização dos temas das entrevistas.**

<p align="center">NEEJA JULIETA VILLAMIL BALESTRO Porto Alegre - RS Entrevistada:</p>			
<b>Pergunta / tópico</b>	<b>O que disseram?</b>	<b>O que me faz refletir?</b>	<b>O que os autores consideram?</b>

## **ANEXOS**

## ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
 FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
 DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS  
 NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

### TERMO DE CONSENTIMENTO

Senhora Diretora,

Apresentamos a Vossa Senhoria a estudante universitária JÉSSICA CORRÊA SERPA, RG nº 1088173297 regularmente matriculada na disciplina EDU 03082 – Reflexão sobre a prática docente – EJA do curso de Pedagogia desta Universidade e, ao mesmo tempo, solicitamos sua permissão para que a mesma realize suas atividades de pesquisa empírica junto ao NEEJA-CP Julieta Villamil Balestro, localizado no Presídio Feminino Madre Pelletier.

Esclarecemos igualmente que tais atividades consistem na realização de uma entrevista com duas Professoras do Núcleo (uma docente que leciona nas totalidades iniciais; uma docente que leciona nas totalidades finais) e Vossa Senhoria, as quais visam oportunizar elementos para a escrita de seu trabalho de conclusão de curso sobre a docência na EJA Prisional, qualificando sua formação diante de desafios e possibilidades que a prática educativa coloca.

Agradecendo antecipadamente a compreensão de Vossa Senhoria e a disposição em proporcionar que a estudante possua informações e subsídios para estudos da disciplina, despedimo-nos.

Atenciosamente,

Profa. Dra. Aline Lemos da Cunha Della Libera  
 Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso

Eu, \_\_\_\_\_, portadora do RG de número \_\_\_\_\_, aceito que seja realizada a pesquisa sobre a docência na EJA Prisional, ( ) estando de acordo/ ( ) não estando de acordo que o nome do NEEJA-CP Julieta Villamil Balestro seja citado. Estou ciente que esta pesquisa será desenvolvida pela pesquisadora Jéssica Corrêa Serpa, graduanda do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da professora Dra Aline Lemos da Cunha Della Libera.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura da Diretora do NEEJA-CP Julieta Villamil Balestro

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Telefone para contato: 3308 4130

## ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS  
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a Sra \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_, para participar do Trabalho de Conclusão de Curso da estudante **Jéssica Corrêa Serpa, RG: 1088173297**, sob a orientação da professora Dra. Aline Lemos da Cunha Della Libera, RG: 1088354269, a qual pretende discutir a docência na EJA Prisional. Sua participação é voluntária e se dará por meio de conceder uma entrevista que será gravada em áudio. Se você aceitar participar, estará contribuindo para os estudos que realizamos sobre a Educação nas Prisões e a Educação de Mulheres Jovens e Adultas, bem como as propostas de elevação de escolaridade para as que estão em situação de prisão. Se depois de consentir em sua participação a Sra desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. A Sra. não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, a Sra poderá entrar em contato pelo telefone (51) 33084130.

#### *Consentimento Pós-Infomação*

Eu, \_\_\_\_\_, fui informada sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não receberei qualquer compensação e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador